

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº**  
(Do Sr. Raul Jungmann)

**, DE 2008**

*Requer informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre auditoria aberta para investigar gastos de autoridades do Poder Executivo.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), **Sr. Jorge Hage Sobrinho**, pedido de informações sobre auditoria aberta para investigar gastos de autoridades do Poder Executivo, nos seguintes termos:

1. Razões que motivaram a abertura de novo processo de auditoria contra autoridades do Executivo, inclusive de contas já auditadas e aprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
2. Se o mesmo procedimento de auditoria também foi adotado pela CGU para as demais autoridades mencionadas no “dossiê” dos cartões corporativos (noticiado pela mídia nos últimos dias);
3. Se houve instauração de procedimento de auditoria pela CGU sobre prestações de contas dos suprimentos de fundos utilizados por autoridades do Executivo para pagamento de alimentação própria na Capital Federal;
4. Cópia do processo de auditoria aberto pela CGU;

5. Enumeração dos gastos com serviços de saúde, das áreas da medicina alternativa e tradicional, efetuados pela Presidência da República, de 1998 a 2007, bem como, por todos os demais órgãos da Administração Pública direta, com a identificação das respectivas formas de pagamento.

## **JUSTIFICATIVA**

Na qualidade de ex-ministro da Reforma Agrária, tive uma atuação no que tange aos gastos com dinheiro público pautada pela ética, transparência e legalidade. Nesse sentido, na ocasião de meu mandato como ministro, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de auditar e, finalmente, aprovar as contas sob minha responsabilidade.

Há pouco tempo, havíamos requerido a relação de todos os dados e informações referentes a todos os gastos da época em que exercemos o cargo de Ministro, durante seis anos. Ato contínuo, colocamos todas essas informações disponíveis para o Congresso Nacional, para a opinião pública e para a imprensa. Isso, sem embargo, demonstra com clareza que nada tínhamos a esconder e que efetivamente achávamos que esse era o exemplo a ser seguido pelas demais autoridades do Executivo.

Ainda assim, a CGU vem insistindo em efetuar nova auditoria nessas contas relacionadas ao meu nome, segundo alegado, por supostos gastos estranhos ou exóticos que teríamos quando em atividade como Ministro da Reforma Agrária.

Os dados, enfim, estão abertos para quem quiser investigar. Entretanto, alguns fatos nos causam estranheza. Em primeiro lugar, por que

só agora, cerca de sete anos depois, após aprovado pelo TCU? Por que só agora, enfim, é que se vai pedir para levantar efetivamente esses gastos? De toda maneira, nada a obstar em relação a mais investigações.

Entretanto, é preciso respeito, pela CGU, do princípio da impessoalidade. Caso contrário, tratar-se-á de uma perseguição política, o que é preciso denunciar. É preciso que tenhamos a Lei observada para todos. Se a CGU pretende nos investigar, é preciso que faça o mesmo com todos os Ministros do atual governo, em estrita obediência ao princípio da soberania e da isonomia da Lei.

Sala das Sessões, em        de abril de 2008.

**Deputado RAUL JUNGMAHN**  
**PPS/PE**